

Gênero, não! Poder e normalização nos discursos jornalísticos sobre o Plano de Educação do Paraná¹

Priscila Schran de Lima²

Ariane Carla Pereira³

Universidade Estadual do Centro Oeste, Guarapuava, PR

Resumo

2015 foi o ano da construção dos planos municipais e estaduais de educação em todo o Brasil. Escolas, movimentos, igrejas, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais se articularam nesse debate que definiu as metas da educação brasileira para os próximos dez anos. Um tema em específico gerou manifestações constantes: o debate em torno do termo gênero. A tentativa de interpelar esse discurso nos planos tomou conta da imprensa paranaense e trouxe a tona opiniões divergentes. Assim, compõem nosso *corpus* de pesquisa as matérias, os artigos e as notas que abordaram a votação dos planos e foram veiculadas em junho de 2015, no jornal Gazeta do Povo. Procurando entender como o jornalismo contribuiu e mediou o debate sobre a inclusão ou não das questões de gênero nos planos, as análises se darão num viés foucaultiano, a partir dos conceitos relacionados à ordem do discurso e à disciplina.

Palavras-chave: Comunicação; Gênero; Discurso; Educação; Imprensa local;

Introdução

O Paraná é o terceiro estado brasileiro com maior índice de feminicídios do país, ficando atrás apenas de Alagoas (2º) e Espírito Santo (1º). Em 2010, ano da pesquisa do Mapa da Violência 2012, foram registradas 338 mortes de mulheres por violência doméstica e familiar no estado, computando um índice de 6,4 feminicídios a cada 100 mil mulheres.

Esses assassinatos refletem uma cultura de submissão do feminino ao masculino, uma cultura de posse do homem sobre a mulher, uma desigualdade de gênero, que gera violências de gênero. Segundo diversos sociólogos e filósofos, o gênero é a construção social e cultural do masculino e do feminino. Foi construído um estereótipo do masculino forte, violento, que não chora, não leva desaforo para a casa, que domina a relação e, em paralelo, foi instituído o estereótipo do feminino sensível, submisso, frágil e dependente. Assim, mesmo que hoje as mulheres sejam cada dia mais protagonistas de suas vidas, em

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – XII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Recém Formada do Curso de Jornalismo da Unicentro, email: prischran@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Unicentro, email: ariane_carla@uol.com.br

algumas relações onde há a contrariedade, a violência contra a mulher acaba se manifestando.

Pode-se dizer então que o machismo é uma construção cultural, não natural, que pode ser combatido desconstruindo padrões, estereótipos e comportamentos. Mas essa desconstrução perpassa a educação, os discursos, a difusão da informação, enfim, a mídia.

Em junho de 2015, os estados e municípios brasileiros estavam debatendo e votando os Planos Estaduais e Municipais de Educação, os quais deveriam definir as diretrizes de políticas públicas da educação para os próximos dez anos. Cada um desses Planos é resultado das Conferências estaduais e municipais de educação e foram construídos de forma democrática, reunindo representantes governamentais e não governamentais e a população interessada. Porém, a inclusão de um termo nesses Planos aprovados nas Conferências e que, depois, foram encaminhados às Câmaras de Vereadores e às Assembleias Legislativas, gerou polêmica e manifestações contrárias por todo Brasil. A palavra era gênero. Muitas pessoas e grupos religiosos se articularam e lotaram as assembleias legislativas e câmaras municipais para a retirada do termo dos Planos de Educação.

Diante desse contexto onde existem, paralelamente, mulheres sendo violentadas e assassinadas e a negação dos estudos relacionados a gênero na educação formal, o presente trabalho tem como objetivo perceber como a questão foi tratada pelo jornalismo no Paraná, durante as votações dos Planos de Educação. Essa análise se torna importante a partir da premissa de que o jornalismo não é só um retrato da sociedade, mas também é um influenciador de opinião e de modos de ser e estar no mundo. Vamos estudar como o jornalismo aderiu ao discurso sobre gênero, como se deu o posicionamento editorial, a parcialidade, o campo de debate dos diversos discursos, quem teve direito à voz nas edições e como isso se deu no estado.

Para a análise, vamos nos deter no jornal *Gazeta do Povo* e pretendemos entender se a mídia contribuiu nesse debate de gênero e como mediou a votação dos Planos de Educação. Nosso aporte teórico de dará por um viés foucautiano, a partir dos conceitos relacionados à ordem do discurso e à disciplina. Ao evidenciarmos a relação intrínseca do poder com o discurso, a necessidade de interditar algumas vozes, e a disputa pelo poder de normalização dos corpos, conseguimos enxergar as vontades de verdade políticas, religiosas, feministas, conservadoras, libertárias, em conflito pelo poder do discurso, não como estrutura, mas como acontecimento. Essa relação do poder com o discurso e a disputa

pelo espaço de debate tanto nos meios de comunicação quanto na lei, é apresentada na análise, quando é relacionado o *corpus* da pesquisa com os conceitos estabelecidos por Michel Foucault.

Polêmica na votação do Plano de Educação do Paraná

A votação do Plano Estadual de Educação (PEE) na Assembleia Legislativa do Paraná não ocorreu tranquilamente. As questões de gênero presentes no texto geraram manifestações. No dia da votação, as galerias da Assembleia Legislativa estavam lotadas. As opiniões eram divididas, estavam presentes pessoas favoráveis e contrárias às discussões propostas pelo Plano. Cartazes e faixas externavam a opinião dos grupos: “Escola sem homofobia. Pelo fim da violência na educação”, “Gênero não!”, “Educação sexual compete aos pais”, “Gênero sim!”, “Não à ideologia de gênero”.

Alguns deputados também se opunham à presença das expressões gênero, diversidade sexual e LGBT. Desse modo, 66 emendas ao PEE foram propostas. Dessas, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia aprovou 56 propostas de alteração no texto original que foram encaminhadas para a votação na sessão, segundo o extrato da Ata da 7ª reunião extraordinária da 1ª sessão legislativa da 18ª legislatura. Entre as 56, 16 eram relacionadas a gênero, diversidade e LGBT.

Em 22 de junho de 2015, data da votação do PEE, as emendas foram debatidas e votadas. Ao comparar os textos originais do projeto de lei e os aprovados pela Assembleia, ambos disponíveis no site da Secretaria Estadual de Educação, percebe-se que foram suprimidas expressões como violência sexual, relações de gênero, LGBT e diversidade. A estratégia do Plano, por exemplo, que previa ações que visassem o enfrentamento da violência sexual e a outros tipos de violência, e a que previa a promoção ao acesso, à permanência e condições igualitárias de aprendizagem aos sujeitos das discussões de gênero e diversidade sexual foram suprimidas por completo.

Foi retirada também a garantia da promoção da alfabetização e a elevação da escolaridade para as mulheres negras, indígenas, ciganas, do campo, quilombolas, em situação de itinerância, travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais, profissionais do sexo, deficientes, adolescentes em conflito com a lei, e privadas de liberdade. Todas essas minorias ficaram subentendidas na expressão vulnerabilidade social.

Outros tópicos sofreram alterações em terminologia. Por exemplo: a expressão “conteúdos sobre diversidade” foi substituída por “conteúdos que reprimem todas as formas de discriminação”; “educação de gênero” foi substituída por “educação que efetive o

respeito entre homens e mulheres”; e “preconceito de gênero, orientação sexual, étnico-racial e religião” foi substituída por “situações de discriminação, preconceito ou violência”.

O PEE Paraná nas páginas da *Gazeta Do Povo*

Estudaremos a discursivização jornalística do Plano de Educação a partir da cobertura, durante o mês de junho de 2015, da *Gazeta do Povo*, jornal impresso diário de alcance estadual. Assim, nosso objeto é formado por:

Edição 11 de junho de 2015

- reportagem “Emenda tira trechos do plano de educação e causa polêmica”, que apresenta o estágio em que está o debate e a votação do PEE, bem como relembra como se deu a votação do PNE. Explica-se que a principal polêmica está nas emendas apresentadas pela deputada Cláudia Pereira (PSC), que eliminam do PEE, trechos que dizem respeito à igualdade de gênero e ao ensino da história das minorias.

Edição 12 de junho de 2016

- nota em *Notas Públicas*, que tem como título “Polêmico” e trata da segunda Audiência Pública da ALEP para discutir o PEE.

Edição 14 de junho de 2015

- reportagem “O que é ‘ideologia de gênero’?”

Edição 17 de junho de 2015

- reportagem “Dois entre 10 municípios do Paraná ainda não fizeram planos de educação”
- reportagem “Plano de educação está na pauta de hoje da Assembleia”, que apresenta os trâmites para a inclusão das emendas ao PEE.

Edição 18 de junho de 2015

- reportagem “PR ainda não votou plano de educação”, que explica que a proposição das emendas ainda deveria ser analisada pela Comissão de Constituição de Justiça e, por isso, a votação seria realizada apenas na próxima semana.

Edição 21 de junho de 2015

- editorial “Educação e teoria de gênero”, resgata as teorias de gênero e afirma que são controversas e carentes de fundamentação científica
- reportagem “Mais educação, menos gênero”, que elenca outros pontos relevantes do PEE que não estão sendo debatidos pelos deputados, por estarem presos à polêmica do gênero. São apresentadas as 20 metas para a educação para o próximo decênio.

- reportagem “Governo tenta aprovar reajuste”, lembrando que na próxima sessão da Alep será votado o PEE e que a polêmica em torno do termo gênero mobilizou religiosos.
- nota “Convocação”, chamando os católicos para pressionarem os vereadores, por meio de cartas e emails, a não votarem o PME devido a ideologia de gênero.

Edição 22 de junho de 2015

- reportagem “Bispo pede que católicos pressionem vereadores de Curitiba ”

Edição 23 de junho de 2015

- reportagem “Em votação do PEE, deputados do PR restringem investimentos em educação”, que relata como se deu a votação do Plano na Assembleia.

Edição 24 de junho de 2015

- reportagem “Apenas 40% dos estados aprovaram seus planos de educação”, que traça um panorama de quais estados e cidades aprovaram seus planos e lembra a retirada do termo gênero no dia da votação.

- reportagem “Planos de educação do Paraná e de Curitiba são sancionados ”.

Edição 25 de junho de 2015

- artigo “Ninguém muda de sexo”, assinado por Carlos Ramallete.

Poder, disciplina e normalização na disputa pelo discurso dos planos de educação

Um debate prolongado, uma polêmica que mobilizou muitas pessoas e tomou conta das matérias e reportagens acerca dos Planos Municipais e Estaduais de Educação, chamou a atenção de segmentos da sociedade, de legisladores e encheu as casas de leis com população fervorosa. Uma grande mobilização em torno dos Planos de Educação, não em favor de benfeitorias na educação, mas para proibir, negar, substituir e excluir um termo: gênero. Só uma palavra. Por que tamanha mobilização?

Michel Foucault (2004, p.10) em sua obra *A Ordem do Discurso* já anunciava que o discurso está ligado ao poder, ou melhor, é o próprio poder, é aquilo pelo que se luta. “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de domínio, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”

O que houve nos debates em torno dos termos gênero e sexualidade nos Planos de Educação não foi simplesmente a discussão pela escolha das palavras que mais eram convenientes, mas sim uma disputa por poder, uma disputa pelo discurso. “A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido” (2004, p.5). Não é só uma questão de não aceitar uma palavra (gênero), é uma

questão de poder. A disputa não está somente presente na linguagem, na estrutura, mas no discurso como poder e acontecimento.

Para alguns, Foucault foi o filósofo que primeiro relacionou o discurso com poder. No livro *A Microfísica do poder*, ele diz que muitos filósofos estudavam o poder, mas relacionando-o ao Estado ou a questões jurídicas. Foucault foi quem estudou a mecânica do poder nas relações. Não só o poder que emana do estado, mas os micro-poderes presentes nas relações.

Mas o que estava em disputa nas votações dos Planos de Educação? Quais discursos estavam em jogo? Diversos eram os interesses em disputa. De um lado estava o texto construído a partir das conferências e audiências públicas, seguindo a metodologia recomendada pelo MEC, e do outro estavam as emendas dos deputados e vereadores e os cartazes (também discursos) de segmentos da sociedade.

O texto original do PEE trazia a sugestão de incluir no ensino infantil, fundamental e médio, cada um na sua competência, conteúdos sobre diversidade sexual e relações de gênero, com foco na diminuição do preconceito e na convivência com as diferenças. O texto dos legisladores e dos religiosos, por sua vez, propunha a retirada desses assuntos da educação escolar, por acreditarem que os estudos da diversidade e das relações de gênero poderia comprometer a estrutura tradicional da família. Estavam em disputa dois discursos, duas buscas pelo poder de disciplinar as relações.

Roberto Machado, ao introduzir a genealogia do poder de Foucault, já destacava como o poder se dá na tentativa de disciplinar as relações, de disciplinar os corpos. “Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa ao nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana e por isso podendo ser caracterizado como micropoder ou subpoder” (MACHADO, 2015 *in* FOUCAULT, 2015, p.14).

A disputa pelo poder, segundo Foucault, se dá na concretude, diretamente nos corpos dos indivíduos. Esse conceito vem de encontro com o conflito estabelecido na votação dos planos de educação. Havia uma tentativa de disciplinarização dos corpos, não só na relação política e econômica, mas também no ambiente privado, discursando sobre o que é certo e o que é errado nas relações entre homens e mulheres, como se houvesse uma universalização das vontades, comportamentos esperados ou contrários a norma.

A tentativa de disciplinarização do corpo faz parte do exercício do poder. O corpo é disciplinado para trabalhar, para estudar, para se exercitar, para se comportar diante de

alguns ambientes, para se vestir e também para se relacionar. A disciplinarização das relações entre homens e mulheres ficou clara nos discursos que resistem aos termos diversidade sexual e relações de gênero. É uma disputa entre os discursos dominantes e os discursos divergentes.

A disciplina busca normalizar os indivíduos. A normalização se dá por meio dos mecanismos da sociedade moderna de disciplinar os corpos. Seja a lei, a escola, a família, todos têm o poder de disciplinar os indivíduos para a sua normalização, fazendo com que essas mesmas instituições mantenham seu poder disciplinador. “As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica, derivada da soberania, mas o da regra ‘natural’, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização” (FOUCAULT, 2004, p.189).

Nesse sentido, a disputa pelo discurso nos planos de educação vem de encontro com a função de disciplinar para a normalização que as escolas têm na sociedade moderna. Pois, como Foucault (2004) destaca, todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos.

A partir dessa compreensão de que o discurso é o próprio poder pelo qual se luta e está diretamente relacionado ao poder de disciplinar para a normalização, cabe agora, identificar os procedimentos de controle e de delimitação do discurso enumerados por Foucault em *A Ordem do Discurso*, que melhor balizam a análise.

Como já mencionado, o objetivo deste trabalho é ver como o gênero foi tratado, em no Paraná, pela redação jornalística do jornal *Gazeta do Povo*.

Considerando que cada dia mais os indivíduos, devido à complexidade das suas relações e ao papel central dado aos meios de comunicação, não vivem diretamente alguns fatos da vida cotidiana, mas o recebem através dos meios de comunicação, ou seja, sabem somente aquilo que foi mediado, o tratamento dado ao debate das relações de gênero e da diversidade sexual pelos meios de comunicação é de suma importância para a compreensão dos discursos (WOLF, 2006).

Essa mediação faz com que o jornalismo não seja só um retrato da sociedade, mas um formador de opinião que influencia modos de ver e estar no mundo, ou seja, ele dá suporte à formação das ideias das pessoas e acaba interferindo no modo como elas entendem as relações e se comportam diante dos fatos. Por isso, compreender como se deu o discurso dos jornais acerca do gênero se faz relevante, principalmente porque entendemos que o discurso da mídia também é poder, e por isso também é interpelado por

procedimentos de controle. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2004, p.10).

Foucault (2004) já enunciava que, em toda sociedade, a produção do discurso é controlada, interditada, fiscalizada, organizada e distribuída conforme a necessidade de controle de seus poderes e perigos, evitando sua materialidade. Todo discurso é regido por procedimentos de controle e de delimitação, que podem ser externos ao discurso ou próprios dele.

Para esta análise, vamos nos deter aos procedimentos externos, mais especificamente àqueles concernentes a parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo. Foucault enuncia três procedimentos de exclusão: a interdição (a palavra proibida), a separação/ rejeição (a segregação da loucura) e o verdadeiro/falso (a vontade de verdade).

Não se pode falar sobre tudo, não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar de qualquer coisa. De forma clara, Foucault explica os tipos de interdição do discurso: “tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar” (FOUCAULT, 2004, p.9).

Nem todas as palavras podem ser ditas em todos os lugares, por qualquer pessoa em qualquer circunstância, as interdições funcionam como grades para controlar os discursos, são forças externas ao discurso, que o influenciam diretamente e que estão relacionadas ao contexto político, social e econômico em que o discurso está inserido.

Segundo Foucault (2004), os temas que têm as grades mais cerradas são a sexualidade e a política. E isso ficou perceptível na repercussão das polêmicas acerca de gênero e diversidade sexual. A ameaça de abertura nessas grades, por conta das discussões provocadas pelas votações dos PMEs e do PEE, fez com que a temática fosse excluída dos planos. Dentre os tipos de interdição do discurso (tabu do objeto, ritual da circunstância e direito privilegiado exclusivo do sujeito que fala), o que mais cabe na análise do nosso corpus é o tabu do objeto.

Segundo o dicionário Michaelis, tabu é “qualquer coisa que se proíbe superticiosamente, por ignorância ou hipocrisia”. As teorias acerca de gênero ainda geram muitos debates, com pontos de concordância e discordância, havendo estudos diversos nos mais variados campos como a sociologia, a psicologia, o direito, a história, a biologia, a

filosofia. A filósofa Judith Butler, por exemplo, afirma em seu livro *Problemas de Gênero* (2013) que gênero é uma construção social, intencionalmente edificada ao longo dos anos, e que os papéis sociais homem-mulher e feminino-masculino não devem ser tratados como categorias fixas, que aprisionam as pessoas a uma identidade definida pelo sexo, mas sim mutáveis. Simone de Beauvoir, na década de 1940 já afirmava que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (BEAUVOIR, 1967, p.9). Ela acreditava que o ser mulher é uma construção social e cultural, que por meio da socialização de gênero o papel social feminino era definido e, muitas vezes, construído baseado na inferiorização do sexo feminino em relação ao masculino.

Esses conceitos geram divergências, colocam em cheque alguns conhecimentos e discursos que se têm como verdadeiros e corretos, como o de que o gênero está vinculado ao sexo. Isso gera insegurança, dúvida, incerteza e acaba sendo encarado como um tabu. O ‘tabu do objeto’ (...) ocorre quando um determinado saber é colocado à parte daqueles que podem ser compartilhados socialmente, de modo que ele se torna sombreado pelos demais e seu debate se torna proibido” (COSTA; FONSECA-SILVA, 2014, p.51).

A interdição do objeto gênero, devido ao tabu, é um procedimento de controle do discurso. É a tentativa de controle desse discurso que entra em choque com o discurso verdadeiro da normalização. Isso nos traz ao próximo procedimento de exclusão que cabe nesta análise, o referente à vontade de verdade.

Como já mencionado, algumas teorias de gênero têm colocado em cheque alguns discursos tidos como verdadeiro, são eles os discursos dominantes da normalização e da disciplina dos corpos dos indivíduos e das suas identidades. Mas, para Foucault (2004), não existe uma história única, um único discurso. A história e os discursos são descontínuos, eles se cruzam, se ignoram, se excluem e disputam poder. Há discursos plurais, há vontades de verdade diversas, disputando um lugar no discurso verdadeiro.

Essa vontade de verdade se faz presente ao interditar discursos, inclusive institucionais, como nas escolas, na ciência, nos livros, nas edições, nas universidades. Ela está presente na produção e na distribuição de conhecimento, produzindo um discurso verdadeiro, o qual tem por finalidade a normalização. “(...) creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (FOUCAULT, 2004, p.18).

Por meio do discurso verdadeiro, penetrado nas instituições, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria “riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal” (FOUCAULT, 2004, p.20), e por que não, a heteronormatividade, o papel de submissão da mulher, o domínio e a força do masculino.

Esse discurso verdadeiro reitera a normalização. O normal é ser hetero, cisgênero, mulher frágil, homem provedor, família composta por pai-mãe-filhos. O que está fora dessa norma é/deve ser interdito, excluído, proibido. Cabe às diversas vontades de verdade, aos discursos disputarem esse poder no discurso verdadeiro, afinal, para Foucault, não há um único discurso, eles são descontínuos, se cruzam, se ignoram, se excluem.

E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão com a verdade, lá justamente onde a verdade assume a tarefa de justificar a interdição e definir a loucura. (FOUCAULT, 2004, p.20)

Diante desses conceitos, vamos perceber como se deu a cobertura jornalística da votação do PEE e como a questão de gênero foi retratada nos jornais. Como ocorreu a disputa das vontades de verdade no discurso jornalístico e se o objeto gênero foi tratado como tabu.

A *Gazeta do Povo* posicionou seu discurso contra a questão de gênero ao dedicar um editorial para fundamentar sua opinião contrária às teorias de gênero e para justificar o porquê esses estudos viriam desestabilizar as famílias. Dessa maneira, quem vai ler o jornal já sabe do seu posicionamento e da sua parcialidade. Há uma sinceridade editorial ao definir sua opinião. Tal postura conservadora do veículo se justifica também por seu diretor, Guilherme Cunha Pereira, ser integrante da Opus Dei, setor conservador da Igreja Católica. Existe uma coerência entre a formação ideológica e formação discursiva.

A primeira matéria relacionada à votação do PEE apareceu em uma pequena notícia, no canto da página, intitulada *Emenda tira trechos do plano de educação e causa polêmica*, do dia 11 de junho de 2015. Nela é explicado que a bancada evangélica é que estava apresentando as emendas retirando trechos que diziam respeito à igualdade de gênero e ao ensino de história de minorias. Para eles, o plano incorria no que eles chamam de ideologia de gênero, ou seja, distorceria a visão tradicional sobre sexualidade, “dizendo, por exemplo, que as orientações sexuais são equivalentes e que não existe ‘certo’ ou ‘errado’ em comportamentos sexuais.” Seguindo Foucault, podemos afirmar que está presente a tentativa de disciplinarização dos corpos, discursando sobre o que é certo e o que é errado

nas relações entre homens e mulheres, como se houvesse uma universalização das vontades, uma normalização dos comportamentos.

Na mesma matéria, a Secretaria de Educação marca seu posicionamento nessa disputa e defende a permanência de gênero alegando que a inclusão do debate sobre igualdade de direitos é importante em uma sociedade marcada pelo machismo como a brasileira.

A explicação do jornal sobre *O que é a ideologia de gênero?*, mesmo título da reportagem, foi publicado no dia 14 de junho de 2015. Toda a matéria é direcionada para mostrar que a inclusão de gênero no PEE é inviável. Segundo o jornalista, a expressão ideologia de gênero foi criada pelos críticos à teoria para fazer referência aos diversos estudos sobre o tema.

O debate sobre a expressão é tratado como se houvesse algo que está sendo escondido da população, “a agenda de gênero navega nas comunidades não como um navio elevado, mas como um submarino, determinado em revelar-se tão pouco quanto possível”. É explicado que gênero não é apenas uma forma mais polida de falar sexo, e sim, uma construção social da identidade e que não está definida ao nascer homem ou mulher. Uma das fontes da matéria, um pedagogo do Observatório Interamericano de Biopolítica, afirma que há uma manipulação da linguagem com a palavra gênero: “O que querem promover não pretende valorizar a mulher, mas sim discriminar a família.”. Uma psicóloga da Universidade Estadual de Londrina confirma que gênero não é sinônimo de sexo, e sim uma construção social, mas rejeita o termo ideologia: “A resistência em usar gênero em políticas educacionais deve-se ao receio equivocado de alguns de que as crianças seriam estimuladas ao homossexualismo”. É relevante ressaltar que o uso da palavra homossexualismo presume que é uma doença, é recomendado substituir pela palavra homossexualidade.

Na matéria ainda é resgatado o caso do Instituto Nórdico de Gênero, que teve a suspensão de seu financiamento, porque os estudos de gênero, com abordagem sociológica, iam na contramão dos estudos da neurociência. A suspensão aconteceu após a exibição do documentário Hjernevask (Lavagem Cerebral).

Todas essas fontes selecionadas e o foco da pauta demonstram o posicionamento do jornal como conservador. Mais uma vez está presente o tabu do objeto gênero, da sexualidade, da união livre, da opção sexual. Para os críticos, a concepção de que o gênero é construído culturalmente favorece liberdade de relacionamentos, à escolha de ser homem

ou mulher e por fim à desestabilização da família. Por isso, esse discurso deveria ser interdito, proibido, negado. Outras matérias tiveram o mesmo foco.

O posicionamento da *Gazeta do Povo* nessa interdição foi revelado no editorial do dia 21 de junho de 2015: “incluir a teoria de gênero nos planos de educação seria trazer para as escolas, de forma indiscriminada, convicções morais e de valores que não necessariamente correspondem às dos pais dos alunos”. A inclusão dos estudos das relações de gênero é tratada como imposição do governo, e na opinião do jornal, seria necessária uma discussão aberta “inclusive sobre os estratagemas daqueles que desejam implantá-la sem dizer com todas as letras o que pretendem”, além de ser necessário tratar dos limites entre as responsabilidades da família e da escola na educação das crianças sobre temas morais e de valores. Por fim o editorial chama a atenção de que por meio do PEE é possível melhorar a educação no estado e se está perdendo tempo com um assunto que deveria ser de competência exclusiva da família. O editorial da *Gazeta do Povo* não poupa seu discurso contra gênero. No mesmo dia é publicada a matéria *Mais educação, menos gênero*, na qual os deputados são criticados por focar o debate do PEE em gênero e não nas demais metas do plano.

No decorrer das matérias já é possível prever o resultado da votação do PEE, pois o discurso predominante tanto no jornal quanto na Assembleia Legislativa é o do discurso verdadeiro da família tradicional e da disciplinarização do corpo para a heteronormatividade.

Eis que no dia 23 de junho de 2015 é anunciado o resultado da votação do plano. O tema da polêmica aparece num intertítulo, no meio da matéria, não sendo o foco principal da pauta. Duas notas destacam o descontentamento de alguns setores da sociedade. A OAB-PR, por exemplo, publicou uma nota de repúdio às emendas que suprimam os termos gênero e diversidade no PEE, e anunciou que entraria com uma ação judicial para rever a lei.

Para dar um ponto final ao discurso sobre gênero, no dia 25 de junho é publicado um artigo de opinião do professor Carlos Ramallete, colunista semanal do jornal, intitulado *Ninguém muda de sexo*, no qual, de forma implícita, ele compara o transgênero ao anoréxico, dizendo que se você tem um amigo anoréxico você não vai passar a mão e esconder que ele vomita, vai procurar ajuda para que ele sare. O mesmo serve para o transgênero, você não vai passar a mão na cabeça dizendo que gênero é uma construção social, mas vai procurar ajuda. “Quem realmente ama essas pessoas deveria ajudá-las. Ajudar um anoréxico desnutrido a esconder que vomita tudo o que come não é um ato de

amor, como não ajudar alguém a mutilar-se na ilusão de vir a tornar-se membro do sexo oposto.” Nessa analogia, o autor dá a entender que sujeitos LGBT estão doentes.

Como já dito, o posicionamento da Gazeta do Povo vinha de encontro com o discurso verdadeiro na normalização. Deixa claro que não concorda que a educação trate gênero como uma construção social, que isso favoreceria às diversas identidades e que por consequência desestabilizaria a família. Reconhecer que gênero é uma construção cultural e uma forma das pessoas exercerem seu papel social é admitir que a população LGBT é “normal”, e é exatamente esse discurso que o jornal pretendeu interditar.

Por meio do poder, aqueles que tinham o privilégio do sujeito que fala fizeram valer a sua vontade de verdade, a da normalização. Igrejas, imprensa e Assembleia Legislativa unificaram seu discurso e definiram que ninguém fala de gênero na educação do Paraná. “Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefa e destinados a certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.” (FOUCAULT, 2015, p.279)

Foi uma disputa pelo discurso onde os adversários não tiveram vez. Eram minoria, não foram ouvidos e foram silenciados pela pressão do grande número de participantes favoráveis às alterações e dos deputados, que também eram maioria favorável. Se não foram ouvidos nesse momento propício de debate, quando serão? Como já disse Foucault, “sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer lugar circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2004, p.9) Os discursos divergentes não tiveram o direito de falar, não tinham o privilégio do sujeito que fala. Aquele era o momento e o lugar para debater gênero, mas os divergentes não foram ouvidos. Quem era oprimido continuou a ser oprimido.

Considerações finais

Fora da norma. Falar de gênero incomoda, desestabiliza. Dizer que gênero é uma construção social e cultural dos indivíduos e independe do sexo é estar na contramão do discurso dominante da normalização. Estar dentro da norma é comportar-se conforme o que seu sexo biológico lhe definiu. Acontece que o papel social do masculino e do feminino é construído socialmente, e se é construído socioculturalmente, é gênero.

No combate à violência contra a mulher, o debate sobre gênero é primordial, pois uma das primeiras certezas que a mulher em situação de violência tem é que ela é inferior

ao agressor porque é mulher e é submissa. Aos homens, o debate sobre gênero também é primordial para que haja a compreensão de que não só porque ele nasceu do sexo masculino que ele é superior e dono da mulher.

Devido ao tabu que se tem sobre gênero, esse debate ficou de fora do ambiente escolar, mesmo que em algumas estratégias o termo gênero tenha sido substituído por direitos da mulher ou relação homem-mulher. Não é o mesmo discurso. Estamos falando de papel social e isso é gênero.

Houve um pensamento que falar de gênero é só falar de homossexualidade ou transexualidade, não pensaram em gênero como construção social do masculino e do feminino. Mas o preconceito e o foco dos embates de gênero não era apenas a relação homem-mulher, era a população LGBT. O seu discurso não só foi banido como foi rotulado de errado, polêmico, desagregador da família. Mais do que interditar esse discurso, foi consolidado um discurso dominante da discriminação e do preconceito.

A análise do discurso jornalístico da votação do PEE mostrou, por meio da genealogia do poder de Foucault, que a disputa em torno de gênero foi belicosa, que as vozes fora da norma foram interditadas. Esse conflito tomou conta dos jornais e se tornou a discussão central da maioria dos planos educacionais do país. Os discursos estavam em jogo, estavam nos holofotes.

Mesmo que o resultado final das votações tenha interditado gênero, o debate permeou meios de comunicação, conversas de bar, salas de aula, reuniões, igrejas. Gênero foi agendado nos debates, nas opiniões. Pode-se dizer que o debate sobre gênero fez o país parar para olhar essa questão. Houve conflito, acabou interditado, mas foi discutido. Há um discurso central que domina as formações discursivas, mas entre elas estão vários outros discursos, que estão à margem, não estão no centro da discussão. O debate sobre gênero, que era/é um assunto à margem, começou a se infiltrar nas formações discursivas dominantes. Isso demonstra que a história não é linear, que ela é descontínua. Nossa sociedade está em movimento. Não há um único discurso, uma única história. Eles estão sendo construídos ao mesmo tempo, com sua pluralidade.

Essa compreensão da descontinuidade sela ainda mais o estudo do discurso jornalístico sobre gênero em Foucault. Ter a oportunidade de estudar essa temática com os óculos referenciais de Michel Foucault foi a abertura de um imenso leque de possibilidades teóricas. Falar de poder, disciplina, normalização, vontades de verdade e discurso com viés foucaultiano foi verdadeiramente um profundo aprendizado.

Sem contar que análise das reportagens dos jornais possibilitou reiterar que o discurso jornalístico não é isento. É parcial. E isso se percebe na escolha das fontes, nos estudiosos escolhidos para compor sua coluna de opinião, no enquadramento do tema, no uso da linguagem e também no posicionamento de um editorial. Os jornais foram palco do conflito de gênero, das vontades de verdade, das interdições e do poder. O jornal também é discurso e utilizou de seu poder, ora para infiltrar as formações discursivas dominantes, ora para torná-la ainda mais forte. Nem mesmo o discurso jornalístico é único, ele também é descontínuo.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**, v.II, 2 edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 6 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COSTA, Aline; FONSECA-SILVA, Maria. **Considerações iniciais sobre o controle dos discursos: breve leitura de A ordem do discurso**, de Michel Foucault. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/23889> Acesso dia 19 de Janeiro de 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2 edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 10 edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GAZETA DO POVO. Curitiba: ano 97, 11 a 25 de jun. 2015.

PARANÁ, Lei 377 de 23 de junho de 2015. **Plano Estadual de Educação**. Disponível em http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/PEE/Anexo_18492.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2015.

WAISELFISZ, Julio. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; 2012. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf. Acesso em 15 de agosto de 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 9 edição, Lisboa: Editorial Presença, 2006.